

Jovens em Transições Precárias
Trabalho, Quotidiano e Futuro

Nuno de Almeida Alves, Frederico Cantante, Inês Baptista
e Renato Miguel do Carmo

JOVENS EM TRANSIÇÕES PRECÁRIAS

TRABALHO, QUOTIDIANO E FUTURO



LISBOA, 2011

© Nuno de Almeida Alves, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo, 2011

Nuno de Almeida Alves, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo
Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro

Primeira edição: Dezembro de 2011
Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-989-96783-04-4
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Concepção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Revisão de texto: Manuel Coelho
Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Este livro foi objecto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de quadros.....	vii
Sobre os autores.....	ix
Introdução	1
1 A situação profissional e educativa dos jovens	9
A qualificação escolar	9
A actividade profissional	11
Enquadramento profissional e educativo	12
2 Estrutura ocupacional, relações laborais e precariedade	31
Recomposição parcial da estrutura laboral e de qualificações	31
Alterações nas modalidades contratuais: o esboço da precariedade	38
Remuneração.....	46
3 Trajectórias familiares, pessoais e de pares	49
Trajectórias familiares.....	50
Da escola ao mercado de trabalho e à escola outra vez	54
Trajectos laborais dos pares	59
Trajectos laborais	65
4 Rendimentos e autonomia	75
Transições para a vida adulta: perspectivas e debates.....	76
Graus de autonomia: relação com variáveis demográficas e <i>background</i> familiar	78
Graus de autonomia e condições laborais.....	84
5 Projecções laborais	87
Projecções laborais e perfis sociais	90
Projecções cumulativas: a formação como estratégia de mobilidade.....	91

Projeções não cumulativas: da contingência representacional à imobilidade e descontinuidade dos trajectos laborais	96
Projeções laborais e situação profissional e educativa	103
Ter ou não ter um futuro: eis a questão	105
Conclusão: a precariedade como modo de vida.....	107
Anexo 1	
Amostra de entrevistados e método de inquirição.....	115
Anexo 2	
Tabela de localização sociodemográfica dos entrevistados	119
Anexo 2	
Guião da entrevista	121
Referências bibliográficas.....	129

Índice de quadros

1.1	Nível de escolaridade por escalão etário da população portuguesa empregada (%), 2010.....	10
1.2	Nível de escolaridade (amostra) por escalões etários (%)	10
1.3	Distribuição dos entrevistados por nível de escolaridade (concluído e frequentado)	11
1.4	Distribuição dos entrevistados por grandes grupos da CPP	12
1.5	Situação profissional e educativa dos entrevistados	13
1.6	Situação profissional e educativa dos entrevistados por sexo e escalão etário	14
2.1	Distribuição dos grandes grupos de profissões por grau de qualificação escolar em Portugal (milhares)	32
2.2	Distribuição dos grandes grupos de profissões por grau de qualificação escolar em Portugal e na União Europeia (%).....	35
2.3	Contratação a termo por sexo e escalão etário em Portugal e na União Europeia (%).....	40
2.4	Contratação a termo por escalão etário e qualificação escolar em Portugal e na União Europeia (%).....	40
2.5	Modalidade contratual por situação profissional e educativa dos entrevistados	43
2.6	Escalões de remuneração por situação profissional e educativa dos entrevistados	47
3.1	Trajectórias de qualificação escolar dos entrevistados	51
3.2	Classe social do próprio e do agregado familiar de origem dos entrevistados	52
4.1	Grau de autonomia dos entrevistados	80
4.2	Grau de autonomia dos entrevistados, por sexo e escalão etário.....	81
4.3	Grau de autonomia dos entrevistados, por situação profissional e educativa	83
4.4	Grau de autonomia dos entrevistados, por classe social do agregado familiar de origem	83

4.5	Grau de autonomia dos entrevistados, por modalidade contratual.....	85
4.6	Grau de autonomia dos entrevistados, por escalão de remuneração.....	85
5.1	Tipologia de modos de projecção do futuro laboral (N).....	91
5.2	Projecções laborais dos entrevistados por situação profissional e educativa	104
5.3	Projecções laborais não cumulativas dos entrevistados, por situação profissional e educativa.....	105
A.1	Estratificação da amostra	117
A.2	Tabela de localização sociodemográfica dos entrevistados.....	119

Introdução

O ano de 2011 tem sido fértil em movimentações de jovens com um profundo significado político e social em diversos pontos do globo, embora com objetivos, acções e resultados de natureza muito diversa.¹ A característica dominante que os une, contudo, é a mobilização e a manifestação de massas com vista à denúncia e ao protesto contra as grandes dificuldades que neste momento afectam uma parcela muito significativa dos jovens um pouco por todo o globo. Das manifestações que provocaram o derrube dos regimes ditatoriais na Tunísia e no Egipto, às manifestações da “Geração à Rasca” e dos “Indignados” nas grandes cidades da Península Ibérica, até aos tumultos, incêndios e pilhagens ocorridos em diversas cidades inglesas emerge em unísono um grito de revolta, denunciando a falta de perspectivas de futuro das gerações mais jovens, ditada pela falta de emprego, pela extrema dificuldade de autonomização pessoal e, conseqüentemente, de vislumbre de um futuro sustentável, estável e previsível. Este é, fundamentalmente, o pano de fundo comum aos protestos e acções verificados nos contextos referidos, aos quais se associaram outras causas e processos, gerando configurações e eixos de desenvolvimento diferenciados. Nos países africanos da orla mediterrânica, ao problema da integração económica e social das gerações mais jovens juntou-se o desejo da mudança política, exigindo a deposição dos regimes e a respectiva renovação democrática. Em Inglaterra é tarefa mais complexa isolar os factores de protesto. À problemática integração laboral dos mais jovens associam-se ainda os cortes no financiamento das políticas públicas de juventude. Contudo, não é fácil discernir o contributo destes factores do mero aproveitamento dos protestos para provocar a desordem e pilhar

1 Exceptuamos deste conjunto os acontecimentos ocorridos em Oslo durante o Verão, quando o ultranacionalista Anders Breivik fez explodir um carro-bomba no complexo governamental de Oslo (oito mortos) e a seguir assassinou a tiro 69 pessoas num acampamento da Juventude Trabalhista a 40 quilómetros dali. Tratou-se de um acto de terrorismo perpetrado por um só indivíduo que, não deixando de ter motivações políticas, tem um enfoque sobretudo de natureza criminal, à imagem do atentado de Oklahoma, conduzido por Timothy McVeigh em Abril de 1995, que foi o atentado mais mortífero (168 mortos) nos Estados Unidos antes de 11 de Setembro de 2001.

estabelecimentos comerciais distribuidores de bens de consumo valorizados e de acesso condicionado pela crescente incapacidade aquisitiva (computadores, consolas de jogos, telemóveis, roupa desportiva). Em Portugal e Espanha os protestos mantiveram como causa única a problemática inclusão laboral regular dos mais jovens e as dificuldades que tal circunstância provoca, no plano das suas aspirações de realização profissional, da geração de um rendimento condigno com as qualificações detidas e da autonomização face à família ou da capacidade de criar um agregado familiar autónomo. Em suma, o que está cada vez mais em causa é a capacidade de viver o presente e poder planear o futuro com um nível módico de segurança e previsibilidade.

Todos estes movimentos, nos seus diversos contextos, beneficiaram em muito da crescente utilização das redes sociais por parte dos jovens. Com base nestas plataformas electrónicas, a informação (texto, imagem, som) é transmitida instantaneamente e de forma horizontal, sem mediações por parte das instituições públicas e de governo ou de outros agentes intervenientes no espaço público, como os média. Circulam, assim, testemunhos, formas de protesto, palavras de ordem e convocatórias para manifestações com quase total anonimato, perante a quase incapacidade de reacção por parte das instituições e autoridades públicas. O avolumar dos movimentos e da contestação e também o seu significado social e político produzem-se ao ritmo de crescimento do número de *amigos* e *likes* nas redes sociais. Unem-se, assim, as vozes de protesto contra as problemáticas circunstâncias económicas e sociais em que os jovens se encontram, por vezes com a solidariedade de outros cidadãos, de associações, de sindicatos ou de partidos de ideologia próxima destes movimentos sociais.

Em Portugal este movimento sofreu um processo eruptivo significativamente forte durante o primeiro semestre de 2011, não significando tal baliza temporal o seu início e fim. Desde há alguns anos que o movimento associativo está implicado neste fenómeno através da constituição de associações de *vítimas* da precariedade laboral que procuram não só disponibilizar informação e auxílio a quem as contacta, como congregar esforços e exercer pressão junto do poder político para a tomada de iniciativas que de alguma forma minorem estes problemas. São disto exemplo a Ferve (Fartos d'Estes Recibos Verdes) e a Precários Inflexíveis. Contudo, a explosão da visibilidade pública deste movimento deu-se após a primeira aparição pública da canção *Parva Que Sou*, escrita e interpretada pela banda Deolinda e que se tornou num verdadeiro hino do movimento "Geração à Rasca". O tema musical identifica diversos dos problemas sentidos e vividos pelas gerações mais jovens em Portugal e um pouco por todo o mundo: as circunstâncias económicas que dificultam a integração laboral e a substituem, por vezes, por uma sucessão de estágios não remunerados (condição de escravidão a que se deve estar grato e para a qual é preciso estudar); a impossibilidade de autonomização pessoal pela permanência em casa dos pais e o sucessivo adiamento da geração de filhos; a constatação do conformismo das vítimas com esta situação que já dura há tempo de mais, constituindo um verdadeiro incitamento à revolta. A reacção não se fez esperar. A auto-identificação das vítimas da precariedade com o hino foi imediata e imediatamente proclamada pelas redes sociais. Os média tradicionais também sentiram o potencial noticioso do assunto e de

pronto se puseram em campo, recolhendo e transmitindo testemunhos. Quatro jovens precários assumiram o protagonismo e convocaram uma manifestação pelas redes sociais, aprazada para a tarde de 12 de Março, na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Precários residentes noutras cidades do país (Porto, Viseu, Açores) logo se prontificaram à organização local de manifestações. Desta organização surgiu posteriormente um movimento de cúpula designado M12M (Movimento 12 de Março), movimento colectivo informal organizado pelos quatro amigos que “lançaram espontaneamente o repto para o protesto da geração à rasca” (<http://geracaoenrasca.wordpress.com/2011/04/15/m12m/>). Um processo idêntico aconteceu também em Espanha, através das iniciativas tomadas pelo movimento 15M (15 de Março) que resultaram na ocupação pacífica, com acampamentos, manifestações e formas diversas de democracia directa, de praças com elevado valor simbólico nas principais cidades espanholas (Puerta del Sol em Madrid e Praça de Catalunya em Barcelona). Este processo de reclamação por uma “democracia verdadeira” teve uma réplica simbólica em Lisboa através do movimento “deitados por uma causa” na praça do Rossio em Lisboa.

Estes movimentos parecem francamente diversos na sua composição. As imagens televisivas das manifestações entretanto ocorridas incluem muitos jovens auto-identificados como precários “à rasca” mas também participantes mais velhos, cuja presença se verificará enquanto gesto de simples solidariedade com a causa ou, por outro lado e com outro nível de envolvimento, por serem directa ou indirectamente afectados pela crescente precariedade laboral, identificando-se eles próprios como trabalhadores precários ou como pais e/ou avós de jovens nestas circunstâncias. Apesar desta potencial diversidade, foram os jovens trabalhadores licenciados, incluídos em postos de trabalho precários e de baixa remuneração, que adquiriram maior visibilidade pública através de uma mais frequente presença nos média. Em geral estes jovens partilham uma integração laboral problemática: localizam-se num tipo de actividade profissional com reduzida ou nula ligação com o curso superior obtido, facto que conduz a algum tipo de insatisfação quanto às expectativas profissionais criadas; a relação contratual com as entidades empregadoras é instável; e dificilmente enquadra o planeamento de outras etapas do curso de vida (Pinto, 2011). Embora tenham uma menor visibilidade nestes movimentos, os menos qualificados são também afectados pelas diversas componentes do processo de precarização (Matos e outros, 2011). Verificar-se-á, neste segmento específico, um peso menor da insatisfação respeitante ao desenquadramento profissional relativamente às competências educativas substantivas transmitidas pela qualificação superior, emergindo, em seu lugar, a instabilidade contratual e os baixos salários auferidos, insuficientes para garantir o presente e o futuro de forma sustentada.

Para os dois termos desta problemática integração laboral concorrem diversos desenvolvimentos ocorridos na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas, alguns deles com uma relativa especificidade nacional, outros em articulação com desenvolvimentos internacionais. Em primeiro lugar, a crescente contribuição do sector dos serviços para o emprego e para o produto provocou alterações significativas no mercado de trabalho. Embora assumindo uma grande variabilidade interna,

o emprego característico do sector dos serviços é significativamente menos estandardizado do que o da indústria manufactureira. Nessa medida, o trabalho é crescentemente individualizado e incorpora contínuas necessidades de adaptação e flexibilidade.

Um segundo eixo de mudança diz respeito às alterações processadas no funcionamento do modo de produção capitalista, conducentes à globalização, à desregulamentação e interpenetração dos mercados, implicando, também, uma mudança significativa na operação das empresas, tornando-as francamente mais permeáveis aos efeitos da concorrência interna e externa e, nessa medida, sujeitas a constantes ajustamentos na produção e comercialização dos produtos, aspectos com efeitos decisivos na gestão da força de trabalho. Este conjunto de alterações processadas na vida económica, empresarial e laboral das sociedades contemporâneas acarretou um significativo decréscimo da estabilidade e previsibilidade da vida laboral dos indivíduos, com efeitos decisivos no delineamento e planeamento dos respectivos cursos de vida.

O terceiro desenvolvimento é o alargamento muito expressivo de inscritos no ensino superior, gerador da maximização das oportunidades de participação neste ciclo de formação, permitindo a inclusão de franjas substanciais das classes médias e, embora em menor grau, do operariado (Furlong e Cartmel, 2007: 13). Apesar deste alargamento no acesso, a educação terciária está ainda saturada da influência da estratificação social, quer no plano da integração nos cursos e estabelecimentos socialmente mais valorizados, quer na aquisição das competências fundamentais para o pleno sucesso da futura integração profissional.

O quarto e último desenvolvimento, este talvez com uma intensidade mais visível na sociedade portuguesa, é favorecido pela desregulamentação crescente dos processos de contratação. A proclamada rigidez da legislação laboral em Portugal abriu campo para uma quase total desregulação dos mecanismos contratuais do novo emprego, criado ao longo dos últimos anos. Cresce assim exponencialmente a contratação atípica não estandardizada: a sucessão de contratos de trabalho a termo de curto prazo (três e seis meses); a subcontratação por empresas de trabalho temporário; o trabalho à tarefa; o falso trabalho independente; os contratos de bolsa não conducentes à obtenção de um grau; a sucessão de estágios profissionais não remunerados. Assiste-se, então, a uma precarização crescente das relações laborais, em fórmulas várias que albergam desde o abuso da contratação a termo à excessiva informalidade ou mesmo ilegalidade das formas de contratação, contexto a que a maioria dos jovens recentemente entrados no mercado de trabalho está sujeita.

A conjugação destes quatro desenvolvimentos, o crescimento da oferta de emprego no sector dos serviços, a desregulamentação dos mercados, a oferta de mão-de-obra qualificada e a precarização crescente das relações laborais conduzem não só ao encerramento da maioria esmagadora de uma geração de jovens trabalhadores em empregos precários como, provavelmente, à compressão dos respectivos salários. Em Espanha já foram designados como *mileuristas* (de “mil euros”, ver Freire, 2006), em Portugal como “geração dos 500 euros” (*Diário de Notícias*, 9 de Julho de 2007). A precarização crescente desta geração tem consequências óbvias no seu curso

de vida. A imprevisibilidade do dia-a-dia, a que estão sujeitos por uma integração laboral de duração imprevisível e de remuneração relativamente baixa, não permite, em parte dos casos, a celebração de diversos dos rituais da transição para a vida adulta: a autonomização financeira, a saída de casa dos pais, a criação de um novo agregado familiar, a procriação. Quando o permite é, por vezes, a prazo ou com recurso a fórmulas intermédias, como o regresso temporário a casa dos pais ou a manutenção da dependência através do suprimento por parte destes das quantias necessárias ao pagamento das despesas de habitação, transporte ou alimentação.

Este é um conjunto de temas caro à sociologia da juventude, de estudo e problematização dos modos de transição para a vida adulta e da mudança dos respectivos processos ao longo dos tempos e contextos. O percurso de vida dos indivíduos está indissociavelmente ligado ao decurso do tempo, concretizado na variável *idade* e no modo como esta se vai balizando em etapas — infância, adolescência, juventude, adultícia, velhice (Cicchelli, 2001) — e relacionando-se com as diversas instituições e contextos de regulação: o sistema educativo e de formação, o emprego, a Segurança Social (Ferreira e Nunes, 2010). O modo como a transição entre estas etapas se processa tem sido pensado enquanto um estado de tensão permanente entre a influência estruturante das instituições sociais, por um lado, e o acréscimo da autonomia individual, por outro, alargando-se deste modo o número de oportunidades e a pluralidade no desenho dos percursos individuais (Shanahan, 2000). O modelo legado pelas sociedades industriais de regime “fordista”, mais standardizado, dá conta de uma progressão compassada no curso de vida: ao período formativo segue-se a integração profissional e a autonomização financeira pessoal e, a partir desta, a criação de um novo núcleo familiar, passando pela aquisição de habitação, casamento e procriação. Este percurso modal é favorecido por um acompanhamento, a par e passo, das instituições sociais das sociedades modernas, passando os cidadãos de beneficiários a contribuintes e novamente a beneficiários. O curso de vida é, assim, claramente ordenado e previsível para uma grande maioria dos indivíduos. A emergência das sociedades pós-industriais (Bell, 1973), pós-modernas (Kumar, 1995) ou em rede (Castells, 2000) e as respectivas alterações no funcionamento das economias capitalistas, de acordo com a globalização da economia e dos mercados, têm implicado alterações profundas na cadência standardizada da transição da escola para o emprego, tornando-a mais alongada, complexa e diferenciada (Bradley e Devadason, 2008: 120), conferindo uma crescente imprevisibilidade ao processo de transição para a vida adulta. O prolongamento dos percursos formativos e a massificação do acesso ao ensino superior pluralizaram esta etapa das transições juvenis: o estudante a tempo inteiro perde terreno e emergem fórmulas diversas de conciliação e/ou alternância entre estudo e trabalho a tempos parciais, prolongando esta fase e complexificando a sua resultante em termos de futuro profissional. Dados os condicionamentos dos últimos anos de funcionamento das economias ocidentais, é o emprego pouco qualificado nos serviços e de contratação precária ou irregular que mais facilmente se concilia com os estudos ou, em último caso, é o único que aparece. Cresce, então, a complexificação das transições da escola para o trabalho, consoante os recursos económicos, culturais e sociais detidos pelos estudantes e trabalhadores-estudantes: do percurso sem mácula e de integração bem-sucedida no mercado de

trabalho, numa ocupação qualificada e conforme às qualificações escolares detidas, ao encurralamento num posto de trabalho precário, por inadaptação das qualificações adquiridas à integração laboral mais valorizada e melhor remunerada, à alternância entre a formação escolar, o desempenho laboral precário e temporário, o desemprego e a formação contínua (Furlong e Cartmel, 2007), à integração rápida num posto de trabalho manual na indústria ou nos serviços mais desqualificados, em virtude da saída precoce da escola e da carência de competências escolares e profissionais (Casal, 1996: 308). Com o crescente alongamento e complexificação das transições para a vida adulta incorporados nas mudanças económicas e sociais operadas nas últimas décadas registam-se ainda mudanças nos valores que aprofundam a respectiva singularização: as relações afectivas e o estatuto marital tornaram-se francamente mais contextuais, temporários e impermanentes, contribuindo também para a crescente complexidade e pluralidade dos trajectos para a adultícia (Shanahan, 2000).

Para além da transição da escola para o trabalho, promotor do desenvolvimento da identidade pessoal e do auto-sustento de uma forma cada vez menos assegurada, há na literatura um outro conjunto de processos de transição para a vida adulta, também cada vez menos necessariamente subseqüentes ao primeiro. A qualidade do emprego obtido em termos de estabilidade a médio e longo prazo e os rendimentos a partir dele gerados são factores decisivos na mobilização para outros passos da transição (Smithson e outros, 1998): a saída de casa dos pais (Bertolini, 2009), a autonomização residencial (Castilla e Romero, 2007; Chambaz, 2001), muitas vezes coincidente com o início da primeira forma de vida a dois e o nascimento do primeiro filho. A conclusão dominante na vasta bibliografia sobre os processos de transição para a vida adulta é a de que estes se alongaram e complexificaram ao longo dos últimos anos. O prolongamento da formação escolar, a dificuldade de integração num emprego duradouro e adequadamente remunerado, os custos da habitação e as implicações financeiras, laborais e de gestão do quotidiano, ocasionadas pelo nascimento do primeiro filho, são factores que em muito contribuem para o alongamento destes processos de transição. A complexidade é, também, crescente, conduzindo a transições incompletas por incumprimento ou cumprimento parcial de uma ou mais das fases do trajecto: a incapacidade de autonomização residencial ou o regresso indesejado a casa dos pais por quebra de rendimentos, a monoparentalidade por dissolução ou não concretização de uma relação em casamento, a continuidade da dependência dos pais para o pagamento de algumas despesas, o fornecimento de algumas refeições ou mesmo a compra de víveres.

Estes desenvolvimentos afectarão, no entanto, a população jovem portuguesa de igual modo? Considerando que mais de metade dos jovens portugueses não chega a completar o ensino secundário, como se processará a respectiva integração no mercado de trabalho e quais os efeitos desta no seu curso de vida? A integração em categorias profissionais claramente menos valorizadas e remuneradas do que as que seriam potencialmente o destino dos jovens precários até aqui abordados libertá-los-á das teias da precarização? Ou, por outro lado, a precariedade laboral é inexorável e apenas assume diferentes facetas de acordo com as condições objectivas nas

quais os jovens se inserem? Este conjunto de questões, em articulação com os diversos eixos de problematização dos processos de transição para a vida adulta enunciados anteriormente, conduziu ao adensar da preocupação da sociedade portuguesa com o presente e futuro das suas gerações mais jovens, em particular face ao contexto de profunda crise orçamental, económica e social em que esta hoje se situa. Estas circunstâncias, aliadas às actividades decorrentes do “Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social”, conduziram o Instituto da Segurança Social, por sugestão da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, ao lançamento de um concurso para a execução de um projecto de investigação designado “Estudo exploratório qualitativo sobre os jovens trabalhadores inseridos em postos de trabalho pouco qualificados”. O Observatório das Desigualdades respondeu ao desafio lançado e preparou um projecto de investigação cujos temas de pesquisa e trabalho de terreno fornecessem respostas às questões enunciadas acima. O projecto de investigação executado, envolvendo a realização de 80 entrevistas semidirectivas em quatro concelhos do país (ver anexos metodológicos), procurou conhecer de forma aprofundada a integração da coorte populacional entre os 18 e os 34 anos em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração, bem como a respectiva articulação com as dimensões de habilitação escolar, qualificação profissional, regime laboral e características do agregado familiar. O conjunto de capítulos que se segue integra os resultados apurados no decurso da execução desse projecto.

O primeiro capítulo dá conta do processo de construção de uma tipologia de jovens trabalhadores inseridos em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração. Esta tipologia, construída a partir da intersecção entre a escolaridade detida e a profissão desempenhada pelo conjunto dos entrevistados, constitui também um guia estruturador e interpretativo dos diversos aspectos e dimensões do processo de transição para a vida adulta destes indivíduos: trajectos profissionais, emancipação pessoal, autonomização residencial e equacionamento do futuro.

O segundo capítulo procura enquadrar as presentes dificuldades de integração laboral destes entrevistados. Tomando como referência a comparação com a média europeia, analisa-se a recomposição parcial da estrutura ocupacional e de qualificações ocorrida em Portugal nos últimos dez anos. Procura-se, assim, encontrar fundamento estrutural para as presentes dificuldades de integração laboral dos mais jovens, condição partilhada por quase toda uma geração, independentemente das qualificações educativas e profissionais detidas. Neste capítulo são ainda analisados outros aspectos importantes do enquadramento profissional destes entrevistados e da respectiva relação com a precarização laboral: a modalidade contratual, a remuneração e o pluriemprego.

As trajectórias sociais e educativas protagonizadas por estes jovens trabalhadores são o fulcro da análise desenvolvida no terceiro capítulo. Procura-se, assim, identificar a tendência modal (de reprodução ou mobilidade ascendente) inscrita nos trajectos educativos, profissionais e de classe destes jovens, tendo como referência as suas condições de origem. O tipo de trajectória empreendida, de reprodução ou progressão das condições materiais e educativas de origem, é também um factor a ter em conta na análise nos trajectos laborais e sociais destes jovens, na

avaliação que estes fazem dos mesmos e das suas expectativas face ao futuro. Dada a sua condição (ainda) juvenil, é também importante considerar de forma comparativa os trajectos educativos e profissionais desenvolvidos pelos respectivos pares, aspecto por vezes determinante nas opções e curso de vida dos mais jovens.

O quarto capítulo debruça-se sobre outra dimensão das transições para a vida adulta, nomeadamente a emancipação face à família de origem e a capacidade de criar e manter uma residência pessoal e/ou um agregado familiar autónomo. A concretização deste conjunto de processos por parte da população observada inserida em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração) é especialmente problemática face às dificuldades encontradas no plano do emprego, pedra basilar do desenvolvimento das restantes dimensões. Neste aspecto, a família de origem desempenha um papel fulcral, auxiliando filhos e netos na medida das suas possibilidades, mesmo quando as respectivas condições materiais de existência roçam o limiar da sobrevivência. Estabelecem-se assim modalidades de autonomização relativa destes jovens, por vezes por meio de fórmulas de reciprocidade características de uma “família providência” (Santos, 1990; Nunes, 1995; Pais, 2001) intergeracional.

Partindo destas frágeis e inseguras transições para a vida adulta, como equacionam então estes jovens o seu futuro laboral? Que estratégias desenham para ultrapassar as dificuldades pelas quais passam actualmente na perspectiva de um futuro melhor? O quinto capítulo dará conta do modo como várias estratégias são equacionadas e dispostas no terreno em função das condições materiais e educativas de partida. Desde a mais contingente e imobilista, presa à inexorabilidade de um destino precário, à mais proactiva, apostada na qualificação escolar e profissional, no empreendedorismo ou até no cumprimento de um ancestral destino da alma lusa: a emigração.

A este conjunto de capítulos seguir-se-á uma breve conclusão, procurando fornecer um balanço do contributo das diversas dimensões analisadas para o fenómeno da precariedade (multidimensional) que afecta o conjunto de jovens entrevistados, em particular, e parte muito significativa dos jovens portugueses, em geral. A precariedade parece, então, extravasar do mero plano laboral e contratual para as restantes dimensões do dia-a-dia destes jovens, tornando-se num permanente modo de vida.

Por último, uma palavra de agradecimento por parte da equipa ao conjunto de pessoas e instituições que contribuíram para o desenvolvimento deste projecto de investigação: ao Instituto da Segurança Social que o financiou, à Dra. Maria João Quedas, assessora do mesmo instituto e ao Dr. Fernando Marques da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN), membros da sua Equipa de Acompanhamento e que muito contribuíram para o sucesso da sua execução e, finalmente, à empresa Motivação, Lda., pela qualidade e celeridade do trabalho de campo realizado.